

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 267 da 228ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 25 de agosto de dois mil e dezesseis, com início às 13h30, na Sala da Situação da Secretaria do Planejamento e Coordenação Geral – SEPL, localizada no 4º andar do Palácio das Araucárias, na rua Jacy Loureiro de Campos, s/nº, nesta Capital, foi realizada a 228ª reunião ordinária do CET, com a presença dos(as) seguintes Conselheiros(as): José de Fátima Santos - (suplente) CSB, Klauss Dias Kuhnen - (suplente) FAEP, Helder Eduardo Vicentini - (suplente) FACIAP, Fattyma Blum Gonçalves - (suplente) FEPASC, Ernane Ferreira Garcia - (titular) CUT, Ildemar Gorges (suplente) Juliana Raschke Dias Bacarin - (suplente) FIEP, Geasi Oliveira de Souza - (titular) FETRANSPAR, Sônia Maria dos Santos - (suplente) SEPL, Paulo Sergio dos Santos - (titular) UGT, Elizeu de Oliveira Freitas - (suplente) SESA, Margaret Sbaraini - (titular) SEED, Adriano Carlesso - (suplente) NCST, Eliseu Sebastião Rocha - (titular) SEDS e Francisco Macedo Machado - (suplente) - FECOMERCIO. Justificativa de ausência: Carlos Alberto Gabiatto - (titular) CTB.

Convidados: Rubens Santarém Junior - SEJU/CQP, Suelen Glinski - SEJU/Observatório, Walter Gonçalves - SEJU/CGR, Fátima Refina S. Siqueira - SEJU/CSD, Siumar Godofredo - Gerente da Agência do Trabalhador de Araucária, Norma P. Haluch - SEJU, Regina Maria Costa do Nascimento (SEJU), Eloise Ermes (SEJU), Nicéia Brandão Lemes (SEJU/ESEHD-CQP), Lucas Brasil Dib (SEJU/CGR), Luiz Fernando Favaro Busnardo (SRTE/PR) e Aldameri Imthurm - SEJU, tendo como pauta: 01. ABERTURA. 02. Aprovação da Pauta. 03. Aprovação da Ata nº 266 da reunião ordinária de julho realizada em Paranaguá. 04. Informes da Presidência e Secretaria Executiva. 05. Apresentação do Diretor de Políticas do Trabalho da SEJU - Cicero Aparecido Teixeira. 06. Apresentação do Boletim Regional referente ao acumulado do 1º semestre de 2016 - Suelen Glinski Rodrigues dos Santos. 07. Apresentação do CAGED de julho e da PNAD referente ao segundo trimestre de 2016 - Observatório do Trabalho - Suelen Glinski Rodrigues dos Santos. 08. Informes sobre o Dia "D" - Angela Carstens - SEJU/CIM. 09. Definição dos Grupos de Trabalho Permanentes. 10. Bolsa Qualificação Profissional - uma modalidade do Seguro Desemprego. SRTE - Habilitação da empresa do processo de suspensão contratual aliado à qualificação profissional do empregado - Walter Basso Weigert e Thiago Derene Vitz. Estudo de caso: Kaefer/Cascavel. SEJU - Habilitação do empregado do processo de Bolsa Qualificação Profissional - Fátima Siqueira - SEJU/CSD. 11. Apresentação dos Resultados e Desafios da Agência do Trabalhador de Araucária e do Conselho Municipal do Trabalho - Siumar Godofredo. 12. Definição da data da Reunião de Setembro em Cascavel. 13. Definição de local e data da última reunião descentralizada de 2016. 14. Outros Assuntos. 14.

ENCERRAMENTO. 01. ABERTURA. O presidente Geasi (FETRANSPAR) iniciou a reunião agradecendo a presença de todos e em especial, à Secretaria do Planejamento, que propiciou a

realização neste local, o qual considerou muito agradável.

02. Aprovação da Pauta. Pauta aprovada. 03. Aprovação da Ata 266 da reunião ordinária de julho. Procedidas as correções, a Ata 265 aprovada. 04. Informes da Presidência e Secretaria Executiva. INFORMES 007/2016. Curitiba 25 de agosto de 2016.

1. Recebido o protocolado nº14.180.519-3 encaminhando o Decreto nº 4722 de 27 de julho de 2016 que nomeou Eliseu Sebastião Rocha como Conselheiro Titular para representar a SEDS no CET. 2. Encaminhado o Ofício nº 015/2016 de 05/08/2016 para a Paraná Desenvolvimento, solicitando um técnico para apresentar na reunião de setembro/2016 do CET, o programa Paraná Competitivo. 3. Recebida resposta da Paraná Desenvolvimento informando que será providenciada a vinda do técnico para apresentar o Programa Paraná Competitivo. 4 . Justificativa de ausências: Carlos Alberto Gabiatto (CTB). 05. Apresentação do Diretor de Políticas do Trabalho da SEJU - Cicero Aparecido Teixeira. Após a leitura dos Informes, o presidente passou a palavra ao Diretor da Política do Trabalho da Secretaria Estadual de Justiça, Trabalho e Direitos Humanos – SEJU, Cicero Aparecido Teixeira que fez um breve relato de sua trajetória profissional. Cícero exaltou também a importância de assumir a área do Trabalho da SEJU, bem como em compor este importante Conselho que tem a participação dos três segmentos: trabalhadores, empregadores e governo e que juntos poderão alcançar os objetivos para melhor qualidade de vida do povo Paranaense. . O diretor mencionou o secretário da pasta, Artagão de Mattos Leão Junior que não pode estar presente à reunião devido a compromissos assumidos anteriormente, mas, falando em seu nome, disse que o Secretário dará todo o apoio necessário para o bom funcionamento deste colegiado. Na sequência, o Conselheiro Helder Vicentini (FACIAP) fez uso da palavra para manifestar a sua preocupação com a proposta do governo Estadual em aumentar os tributos e fragilizar a defesa dos contribuintes perante o Conselho de Contribuintes do Estado do Paraná. O conselheiro chamou atenção para os números de desemprego que demonstram a imediata necessidade da adição de medidas que estimulem a geração de empregos e renda e que o aumento da carga tributária vai exatamente em sentido contrário. 06. Apresentação do Boletim Regional referente ao acumulado do 1º semestre de 2016 - Suelen Glinski Rodrigues dos Santos e 07. Apresentação do CAGED de julho e da PNAD referente ao segundo trimestre de 2016 (ANEXOS I e II) - Observatório do Trabalho – Suelen Glinski Rodrigues dos Santos. A técnica do Observatório do Trabalho da SEJU Suelen Glinski, informou que deixaria de apresentar o CAGED do mês de julho porque ele ainda não havia saído e, logo em seguida, fez a sua apresentação da PNAD – Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios, referente ao segundo trimestre de 2016 e do Boletim Regional referente ao 1º Semestre de 2016. O presidente Geasi (FETRANSPAR) perguntou se os responsáveis pelas Agências que tiveram resultados negativos procuravam as Empresas para tentar recuperar. Suelen respondeu que sim, e que na próxima reunião apresentará a análise da produção das agências. O conselheiro Ildemar (FORÇA SINDICAL) fez um esclarecimento a respeito da criação de empregos. Ele disse que esta situação ocorreu somente em setores de atividades

sazonais. O Conselheiro Ernane (CUT) discorreu sobre o fechamento dos frigoríficos AVERAMA em Umuarama e Kaefer em Cascavel, com a demissão de 5 (cinco) mil funcionários. Ernane (CUT) insistiu na questão por ele já solicitada anteriormente, sobre dos incentivos oferecidos pelo Estado e da contrapartida. O presidente mencionou que a cadeia produtiva da agricultura está com sérios problemas. O presidente Geasi falou que o setor de transporte de cargas está com 45% (quarenta e cinco por cento) da frota ociosa, não tendo mais nada para transportar. O presidente lamentou a situação atual enfatizando a agonia por que passa o setor produtivo. A conselheira Sônia (SEPL) considerando a observação à questão abordada pelo Conselheiro Ernane (CUT), disse que o Estado quando assina o protocolo com uma empresa, assina uma contrapartida social. Com relação ao cumprimento deste protocolo, ela não sabe como é feita a fiscalização. O conselheiro Adriano (NCST) corroborou a solicitação feita pelo conselheiro Ernane (CUT) pois entende ser importante solicitar ao governo a apresentação para o Conselho destes esclarecimentos. O conselheiro Ernane (CUT) lembrou que esta conversa já havia sido feita com o ex Secretário do Planejamento Silvio Barros, mas que o mesmo hoje se encontra licenciado. O conselheiro ainda mencionou o caso de Ortigueira e o presidente informou que este assunto já está bem encaminhado. 08. Informes sobre o Dia "D" - Angela Carstens - SEJU/CIM - (ANEXO III). Angela Carstens, Coordenadora da Intermediação de Mão de Obra da SEJU, falou do dia dedicado as pessoas com deficiências. A servidora informou que no dia 23 de setembro, todas as Agências do Trabalhador estarão se mobilizando no atendimento destas pessoas. Ângela (SEJU/CIM) pediu a colaboração de todos os conselheiros na divulgação desta data e que o Secretário Artagão (SEJU) gravou um vídeo que será veiculado nas mídias nas próximas semanas. Angela mencionou a expectativa de se lançar também o "Dia A", para contemplar o Menor Aprendiz. . O presidente agradeceu a participação da servidora e se dirigiu ao sr. Luiz Fernando Busnardo, representante da Superintendência Regional do Ministério do Trabalho no Paraná, presente na reunião, sobre a exigência do cumprimento das cotas pelas empresas. Geasi (FETRANSPAR) disse que as empresas não conseguem preencher as vagas e que aí o Ministério do Trabalho vai lá e aplica a penalidade cujos valores são vultuosos. Geasi perguntou se não dá para envolver o Ministério do Trabalho nesta ação para que ele tome conhecimento desta situação. Angela (SEJU/CIM) respondeu que a Superintendência Regional do Trabalho participa com a SEJU nesta ação no Paraná todo. Geasi (FETRANSPAR) perguntou se o Ministério Público do Trabalho não se sensibiliza conhecendo a dificuldade das empresas em conseguir contratar pessoas com deficiência para cumprir as cotas previstas na lei, e ainda assim aplica multas. Luiz Fernando (SRMTE/PR) disse não poder falar pelo Ministério Público do Trabalho, mas sim pelo seu órgão de fiscalização que é a Superintendência Regional do Ministério do Trabalho, esclarecendo que eles tem concedidos os prazos para que as empresas façam as adequações mas, de fato, muitas tem sido ainda autuadas e a multa é muito alta porque ela está prevista na lei previdenciária. Luiz citou que

chega a ultrapassar a 100 (cem) mil reais a cada fiscalização a estas empresas que não conseguem cumprir a cota. Como esta fiscalização é feita por alguns auditores fiscais, e não todos, ele entende que eles conhecem a complexidade de se encontrar candidatos a estas vagas e que cabe as empresas demonstrarem as dificuldades que elas tem , o porquê que elas não conseguiram cumprir as cotas, e que nas defesas dos autos de infração devem juntar documentos que comprovem que anunciaram em jornais, fizeram campanhas mas mesmo assim não lograram êxito. Luiz Fernando (SRMTE/PR) disse que o "Dia D" ajuda bastante a estimular que a população tenha conhecimento dos seus direitos, e vá em busca dessas vagas. Ele disse que existem alguns gargalos ainda, onde muitas vezes o candidato não fica adequado às necessidades da empresa, enfim, isso tem que ser estudado caso a caso. Luiz observou que algumas empresas tem ingressado na justiça para suspender os autos de infração e conseguem no primeiro momento, a suspensão da multa, mas no final dos processos, não conseguindo comprovar, acabam se inscrevendo na dívida ativa, etc. Luiz Fernando esclareceu que se trata de uma questão de política e que é um desafio para toda a sociedade e um assunto para ser discutido sempre, por isso que o "Dia D" é muito importante. A conselheira Margaret (SEED) solicitou que fosse encaminhada à Secretaria Estadual de Educação – SEED esta programação. Angela (SEJU/CIM) informou que foi encaminhado convite para a SEED, inclusive para a Sra. Marisa Feitosa, responsável pela política de inclusão na SEED, para participar da referida reunião, mas que a mesma não compareceu. Angela (SEJU/CIM) citou algumas dificuldades que uma pessoa com deficiência encontra com relação às vagas ofertadas. O presidente Geasi (FETRANSPAR) solicitou a Angela (SEJU/CIM) uma apresentação para a próxima reunião deste estudo para a realização do Dia A, (Menor Aprendiz) que ela mencionou em sua fala. Angela (SEJU/CIM) disse que preparará o solicitado. . A conselheira Fáttyma (FEPASC), perguntou se existe algum estudo sobre o percentual de deficiente no Paraná, por que o censo de 2010 diz que cerca de 10% da população brasileira tem alguma deficiência, mas se sabe, que nem toda esta porcentagem pode ser habilitada para o emprego. Também, paralelo com o estudo no Paraná a conselheira perguntou se existe uma pesquisa do percentual que deve cumprir a cota. A conselheira citou como exemplo as empresas que tem acima de 100 (cem) funcionários e que devem cumprir os 2,5%. Fáttyma (FEPASC) relatou um caso de uma Empresa de Transportes de Passageiros, que tem 1.000 (mil) funcionários, sendo que tem 35 (trinta e cinco) funcionários PCDs, porém, não consegue cumprir a cota porque colocam os motoristas na base de cálculo e só desta empresa são 500 (quinhentos) motoristas, que é a metade do quadro de pessoal, sendo que não há capacitação para um PCD ter um motorista. Fattyta (FEPASC), disse que isto afeta diretamente as outras áreas da empresa porque, esta empresa, em específico, tem 6 (seis) meses para cumprir a cota e precisa contratar 23 (vinte e três) PCDs e que ela acredita ser bem difícil e que a partir de seis meses esta empresa vai receber uma multa pesada. A conselheira esclareceu que este estudo, no caso uma pesquisa técnica, dará respaldo para estas empresas,

justificando que não há número suficiente de PCDs disponíveis no mercado de trabalho. . Angela (SEJU/CIM) relatou que a UFPR fez um estudo usando os dados estatísticos da Secretaria do Trabalho, no entanto, em 2011 por conta de uma ordem judicial a Secretaria foi obrigada a usar o sistema Mais Emprego do Ministério do Trabalho, entretanto, este sistema não funciona adequadamente. Angela (SEJU/CIM) disse que descontando casos específicos como pessoas monolares, idosos com problemas de locomoção, etc. que entram nesta base de dados, o Paraná deve ter cerca de 5% de PCDs. aptos para o mercado de trabalho. Fáttyma (FEPASC) perguntou se o Paraná tem algum programa de capacitação para PCDs e se tem, em qual área? Angela citou o Pronatec – Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego, “Viver sem Limite” que é de responsabilidade do Governo Federal mas que está paralisado. Ela esclareceu que todos os cursos de qualificação no Estado do Paraná tem que ser ofertados para 10% de Pessoas Com Deficiências mas no momento, não tem nenhum. O presidente Geasi (FETRANSPAR) pediu para divulgar às Federações, Centrais, Sindicatos esta programação do Dia D através de uma mídia eletrônica. Angela informou que será feito e encaminhado. A conselheira Juliana (FIEP) informou que o Ministério Público procurou a Federação das Indústrias do Estado do Paraná – FIEP, para a construção de um banco de dados de pessoas com deficiência que estejam matriculadas em Fóruns Estaduais. A conselheira relatou que a FIEP solicitou uma reunião com a Secretaria Estadual de Educação – SEED mas que não teve nenhuma manifestação. Juliana (FIEP) perguntou quem era a pessoa na SEED encarregada desta área. A conselheira Margaret (SEED) respondeu que há um departamento específico de Educação Especial na SEED e que ela sabe que no sistema interno de matrícula (SERE), já é possível conseguir puxar, rapidamente, quem é portador de deficiência. Juliana (FIEP) explicou que estão aguardando esta manifestação da SEED pois realizarão uma reunião no Ministério Público nos próximos dias. Juliana (FIEP) esclareceu que foi o Ministério Público que oficiou a SEED. Paulo Sérgio (UGT) relatou que viu na TV a divulgação de um seminário promovido pelo SINDUSCON de Londrina, só para tratar da inclusão de PCD na construção civil. Na sequência, o presidente Geasi (FETRANSPAR) solicitou aos conselheiros que divulguem esta programação que será encaminhada nos próximos dias pela Coordenadoria de Intermediação de Mão de Obra da SEJU. Fattyima (FETRANSPAR) perguntou se a Secretaria realiza algum acompanhamento depois que os PCDs ingressam nas empresas e se eles continuam. Angela (SEJU/CIM) respondeu que hoje não se tem mais a equipe que fazia este trabalho, por conta do escasso número de agentes públicos. Angela (SEJU/CIM) disse que a Agência do Trabalhador de Cascavel faz muito bem este acompanhamento, inclusive com mapeamento de função exercida pelos PCDs. Deu como exemplo os municípios de São José dos Pinhais, Umuarama, Ibiporã que realizam um trabalho bem interessante nesta área. Ângela (SEJU/CIM) disse que duas vezes por ano a Secretaria chama estes agentes públicos que são responsáveis pelas agências e os requalificam para o desempenho desta função. A coordenadora encerrou sua fala dizendo que embora a sua equipe esteja muito

reduzida, ela acredita que tudo é uma questão de ajuste e que a SEJU está dando todo o apoio que necessitam. O conselheiro Adriano Carlesso (SCST) falou que o que ocorre é que existe a lei que muitas vezes não é cumprida e que existem os problemas de interpretação dela também. Disse que percebe que as empresas sofrem influências positivas de agregação de PCDs quando percebem a existência de incentivos. O conselheiro disse também que o que pode estar faltando é um estudo sobre a realidade sobre os PCDs no Estado (dados) para que assim se possa realizar o debate neste espaço, para a proposição de ideias para a solução dos problemas e até mesmo para a criação de incentivos. O presidente . Geasi disse que isso é uma mudança de cultura. O conselheiro Ildemar (FORÇA SINDICAL) disse que toda hora está sendo mudada a legislação do deficiente mas o trabalhador não tem ciência dos seus direitos. Ildemar (FORÇA SINDICAL) falou das distorções nos casos das habilitações citando alguns exemplos e da necessidade de esclarecer todos os segmentos. Angela (SEJU/CIM) informou que a Secretaria Executiva providenciará o envio da mídia eletrônica aos conselheiros para que os mesmos a divulguem em seus segmentos. 09. Definição dos Grupos de Trabalho Permanentes. O presidente enfatizou a necessidade de se definir os Grupos de Trabalho Permanentes a fim de atender a orientação do CODEFAT. Após discussão, ficaram aprovados os seguintes GTs: Acompanhamento do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda e Acompanhamento dos Conselhos Municipais serão compostos da seguinte maneira: pela Bancada do Poder Público: Titular: Leila Maria Raboni (SRTE/MTE). Suplente: Walter Gonçalves (SEJU). Pela Bancada dos Trabalhadores: Titular: Edson Antonio dos Anjos (FORÇA SINDICAL). Suplente: Karl Udo Heinrichs (CSB). Pela Bancada dos Empregadores: Titular: João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO). Suplente: Fattyima Blum Gonçalves (FEPASC). Saúde e Segurança no Trabalho e Trabalho Decente terá a seguinte composição: pela Bancada do Poder Público: Titular: Elizeu de Oliveira Freitas (SESA). Suplente: Elcio Luiz Coltro (SEJU). Pela Bancada dos Trabalhadores: Titular: Ernane Garcia Ferreira (CUT). Suplente: Ildemar Gorges (Força Sindical) e pela Bancada dos Empregadores: Titular: Juliana Raschke Dias Bacarin (FIEP). Suplente: Helder Vicentini (FACIAP). Na sequência, o presidente solicitou a assinatura de todos na Resolução nº 347/2016 e informou que as Resoluções 336 de 24 de maio de 2015 e 345 de 31 de maio de 2016 estavam revogadas. Na sequência, houve a notificação dos conselheiros Helder (FACIAP), Klauss (FAEP) e Adriano (NCST) que teriam que se ausentar devido ao adiantado da hora e compromissos assumidos, o presidente consultou os próximos convidados sobre a possibilidade de se transferir as suas apresentações para a próxima reunião. O Gerente da Agência do Trabalhador e Presidente do Conselho Municipal de Araucária, Sr. Siumar Godofreso, concordou em participar na próxima reunião. O presidente também perguntou ao Diretor de Políticas do Trabalho da SEJU, Sr. Cícero Teixeira se até 27 de setembro, data agendada para se realizar a reunião descentralizada do CET em Cascavel já haveria recursos disponíveis para isso. O Diretor disse que não teria problema, mas o presidente lembrou que na próxima reunião já está agendada a participação da

Agência de Desenvolvimento e seria importante mantê-la em Curitiba. Ficou aprovada a data do dia 27 de setembro (terça-feira) em Curitiba. 10. Bolsa Qualificação Profissional – uma modalidade do Seguro Desemprego. SRTE - Habilitação da empresa do processo de suspensão contratual aliado à qualificação profissional do empregado – Walter Basso Weigert e Thiago Derene Vitz. Estudo de caso: Kaefer/Cascavel. SEJU - Habilitação do empregado do processo de Bolsa Qualificação Profissional – Fátima Siqueira – SEJU/CSD. O Sr. Luiz Fernando (SRMTE/PR) iniciou sua fala dizendo que ia se ater mais ao processo da empresa. A suspensão do contrato de trabalho (hoje conhecido com o nome de “lay off”) fez parte de um pacote no final dos anos 90. Luiz Fernando fez um detalhamento da lei; falou das empresas que estão em situação crítica e explicou que o “lay off” é uma suspensão do contrato de trabalho por até 5 (cinco) meses, para evitar o desligamento do funcionário, cujo objetivo da lei, é retomar o emprego com o empregado capacitado, mas observou que existe um desvirtuamento da finalidade desta lei, dando como exemplo alguns casos, inclusive, muito graves. Citou a Resolução 591 do Conselho Deliberativo do Fundo de Amparo ao Trabalhador – CODEFAT, de 11 de fevereiro de 2009 que trata da concessão da bolsa de qualificação profissional, detalhando-a. Luiz Fernando informou que a fiscalização das empresas fica a cargo das Superintendências Regionais do Ministério do Trabalho, relatando as dificuldades de acompanhamento por limitações da própria estrutura e concluiu dizendo que acredita ter esclarecido o que as empresas precisam fazer, bem como quais as circunstâncias que elas podem utilizar este recurso. Na sequência, passou a palavra para a servidora Fátima Siqueira, coordenadora do Seguro Desemprego da SEJU, que passou a apresentar um “power point” (ANEXO IV). Fátima (SEJU/CSD) fez um relato detalhado de como funciona a habilitação do empregado no processo da Bolsa Qualificação Profissional. A servidora falou também do caso da Empresa Kaefer, citando os processos que estão ocorrendo em Cascavel e região, e que praticamente todos os trabalhadores já requereram o benefício, e observou que quanto ao processo de Toledo, os trabalhadores ainda não haviam solicitado a bolsa. O presidente perguntou se quem executa a qualificação tem que ter estrutura. Fatima (SEJU/CSD) disse que sim, que a atribuição é da empresa e não do Estado. Geasi (FETRANSPAR) perguntou se com relação a esta troca de atribuição é feita alguma notificação. Fatima (SEJU/CSD) disse que é informado ao Ministério do Trabalho, por que envolve a fiscalização. O conselheiro Ernane (CUT), disse que já tinham observado essa prática pelas usinas mas que hoje a área frigorífica está utilizando do “lay off” indevidamente. Ernane entende que é hora da sociedade dar um basta a tudo isso. Luiz Fernando e Fatima ainda fizeram alguns complementos sobre as colocações do conselheiro Ernane com relação a desvio de finalidade da utilização da bolsa qualificação pelo empregador. Ernane disse que gostaria de sugerir que o CET pudesse se envolver nesta busca de solução, ou seja, na questão de qualificação deste pessoal. Geasi disse que há uma necessidade de uma preparação da mão de obra local e que é um desafio para ser perseguido. 11. Apresentação dos Resultados e Desafios da

Agência do Trabalhador de Araucária e do Conselho Municipal do Trabalho – Siumar Godofredo. 12. Definição da data da Reunião de Setembro em Cascavel. Transferida para Curitiba no dia 27 de setembro. 13. Definição de local e data da última reunião descentralizada de 2016. Transferida para a próxima reunião. 14. Outros Assuntos. Não teve. 15. ENCERRAMENTO. Encerradas as discussões da pauta, e nada mais havendo a tratar, o presidente Geasi (FETRANSPAR) agradeceu a todos pela presença, e deu por encerrada a 228ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho, da qual eu, Aldameri Imthurm, lavrei a presente ata. Curitiba, 25 de agosto de 2016.